

Nota Técnica 002/2018 - CT-IPCT/CIF
Referendada na 9ª reunião ordinária, de
19/02/2018.



FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PARECER Nº

5/2018/COPAB/DPA/PR

PROCESSO Nº

01420.006451/2016-48

INTERESSADO:

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO,
HERKENHOFF & PRATES TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, FUNDAÇÃO
RENOVA

Assunto: Análise do Estudo do Componente Quilombola (CRQ Degredo)

À Coordenação da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais,

I. RELATÓRIO

O processo em epígrafe acompanha os estudos dos impactos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão, da empresa Samarco, desastre ambiental ocorrido em 05 de novembro de 2015, bem como as medidas de reparação socioeconômica e socioambiental a ele relacionadas e que se voltam à comunidade remanescente de quilombo (CRQ) de Degredo (Linhares-ES), atingida após tais rejeitos se espalharem pelo litoral norte capixaba e os quilombolas terem sua principal atividade econômica afetada, a pesca, sendo a pesca marítima impedida de ser realizada após decisão da subseção judiciária do Espírito Santo - Justiça Federal, processo nº. 0002571-13.2016.4.02.5004 (2016.50.04.002571-0).

A apresentação do Estudo do Componente Quilombola atende à demanda expressa no Termo de Referência expedido por esta Fundação Cultural Palmares (FCP), que, por sua vez, se guiou pela Cláusula 46 da Subseção I.4, do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC). O Estudo possui duas versões, uma completa e outra resumida (mais acessível), e será ainda submetido à análise da comunidade e posto sob sua consulta, nos moldes da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Este documento limita-se a realizar análises técnicas prévias, com vista a avaliar sua adequação ao Termo de Referência norteador, a clareza do conteúdo, a objetividade da matriz de impactos, a correlação das medidas para fazer frente a eles e a verificar a necessidade de ajustes anteriores a sua distribuição entre os quilombolas de Degredo para a subseqüente consulta.

II. ANÁLISE

O Estudo do Componente Quilombola (ECQ), executado pela Herkenhoff & Prates Tecnologia e Desenvolvimento (H&P), consultoria contratada pela Fundação Renova, inicia com a apresentação de conceitos acadêmicos e jurídicos sobre o que é um quilombo e quem são os quilombolas, quais são os traços diacríticos que os diferenciam do restante da sociedade brasileira, as ressignificações pelas quais ambos os termos passaram, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe em seus Atos das Disposições Constitucionais Transitórias o art. 68 ("Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos."). Essa ressemantização, intensificada ao longo dos anos 1990, atualizou os referenciais sobre as comunidades quilombolas, antes presos a uma imagem estereotipada, um tipo idealizado,

homogeneizado, para então perceber sua contemporaneidade e a variedade de percursos históricos que levaram a sua conformação plural e sua distribuição pelo território brasileiro.

É apresentado o histórico de exploração minerária na bacia hidrográfica do Rio Doce e sua lucrativa cadeia produtiva, que em 2014 resultou, só para a Samarco, um faturamento da ordem de R\$ 7,6 bilhões. Em seguida, é a narrativa sobre o maior desastre ambiental da história do país que ganha destaque. A história da Barragem de Fundão, pertencente à Samarco Mineração S.A. e parte do Complexo Minerário de Germano (Mariana - MG), e do seu rompimento, é detalhada. Por meio de mapas e registros fotográficos, juntamente com a descrição dos impactos que esse evento causou, pode-se ter ideia da magnitude dos danos ambientais resultantes do carreamento dos rejeitos de minério de ferro pelo leito dos rios Gualaxo do Norte, do Carmo e Doce até o Oceano Atlântico, no litoral norte capixaba. O Estudo ressalta que o rompimento foi classificado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como "um episódio violador dos direitos humanos".

A empresa consultora optou, acertadamente, por trazer dados gerais até chegar às questões específicas vivenciadas pela CRQ Degredo após a "chegada da lama". Assim, são apresentados brevemente os danos socioambientais e socioeconômicos sofridos pelas populações que se encontravam ao longo do trajeto percorrido pelos rejeitos, o que afetou, de uma só vez, a sociobiodiversidade e o plano produtivo (da agropecuária ao turismo) de toda a bacia do Rio Doce. A contaminação dos recursos hídricos e do solo retirou não apenas a renda de inúmeras famílias, mas principalmente suas fontes de subsistência, impondo a pessoas historicamente desprovidas, gastos com necessidades outrora inexistentes, como a compra de água mineral engarrafada e de gêneros alimentícios que eram produzidos por elas próprias.

O segundo capítulo do ECQ conta um pouco da história de Degredo, a partir da consulta a fontes secundárias, mas principalmente e em observância ao disposto no Termo de Referência, por meio de dados primários conseguidos através de diversos métodos como etnografia, aplicação de questionário estruturado, registro de história oral e entrevistas em profundidade. A H&P afirma ter realizado pesquisa de caráter censitário, englobando as 147 famílias identificadas como quilombolas.

Além da história da ocupação quilombola na região do litoral norte do Espírito Santo e da constituição da comunidade de Degredo, que remete ao ancestral Atalino Leite de Araújo, a reconstrução da trajetória da CRQ, objetivou também obter dados sociodemográficos e compreender a organização social do uso e ocupação do território tradicional.

A fuga, as rotas criadas para o intercâmbio comercial, o domínio das técnicas para a pesca fluvial e marítima, a força, a capacidade de manter a ordem e a harmonia, a preocupação com a partilha do território e os feitos heróicos atribuídos a Atalino Velho são por analogia o que caracteriza a comunidade quilombola de Degredo, sua história de resistência; é o que se transforma em suas tradições e em suas marcas distintivas.

Para além disso, merece ainda destaque o levantamento de informações sobre a situação fundiária do território tradicional da CRQ Degredo, cujo processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ainda não foi aberto, embora técnicos do órgão tenham realizado visita *in loco* em setembro de 2017.

Uma série de dados sociodemográficos são apresentados: total de famílias quilombolas (147), total da população quilombola (438), divisão da população por faixa etária (45,4% tem menos de 19 anos), gênero, renda, nível educacional (27,5% - ensino fundamental incompleto), a carência de equipamentos públicos na área da comunidade, a precariedade do abastecimento de água, a inexistência de saneamento sanitário, etc.

O histórico de conflitos vivenciados também é realçado no ECQ. Degredo sofre pressões de uma

série de empreendimentos (Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, Porto de Manabi, o Terminal Norte de Barra Nova, etc.), além das fazendas de pecuária extensiva, cujos proprietários, com o apoio da Prefeitura Municipal de Linhares, realizaram intervenções no leito do Rio Ipiranga para facilitar projetos de irrigação e de dessedentação do gado, o que provocou uma série de alterações no ecossistema local, reduzindo a biodiversidade na região.

A "chegada da lama", que afetou tanto as praias quanto a foz do rio Ipiranga, portanto, trouxe consigo novos impactos ao mesmo tempo em que agravou outros já existentes.

A H&P realizou um trabalho importante ao caracterizar a fisiografia do território quilombola de Degredo (unidades geológicas; aspectos geomorfológicos; hidrografia, em que chama a atenção a quantidade de lagoas nos limites do território; etc.). Todavia, vale conferir destaque à análise dos resultados das pesquisas de qualidade da água que, diferentemente do relatório apresentado no "Parecer acerca dos Resultados das Análises das Amostras D'Água" (encaminhado pela H&P a esta Fundação Palmares em outubro de 2017), traz considerações mais independentes, em que as percepções e os recorrentes relatos da mudança dos parâmetros da água feitos pela comunidade (destacadamente, a aparência, o cheiro e o sabor), atrelados à "chegada da lama", são reconhecidas como legítimas pela H&P, mesmo quando aponta que as causas podem ser derivadas de outros fatores como a ação antrópica (temperatura), falta de saneamento básico (presença de coliformes fecais) ou a composição das rochas da região (índice elevado de ferro total). Em ambos documentos, constataram-se anomalias tanto nos parâmetro biológicos quanto nos parâmetro físicos e químicos. As pesquisas, não obstante, precisam continuar sendo realizadas para que seja possível executar comparações e ir acompanhando a evolução ou piora do quadro, principalmente quando as medidas de controle, mitigação, reparação ou compensação estiverem sendo postas em prática.

Pelo que se encontra registrado no Capítulo 4 ("Caracterização Biótica do Território Quilombola do Degredo"), em que se discorreu sobre as características da cobertura vegetal e da fauna aquática e terrestre, nota-se que Degredo encontra-se inserida em uma região de grande biodiversidade no estado do Espírito. Ali, encontram-se um conjunto relevante de unidades de conservação, como a Estação Ecológica de Barra Novam Reserva Nacional de Linhares, Reserva Biológica Federal de Sooretama, além do Parque das Orquídeas, que se encontra dentro do que é considerado o território tradicional de Degredo. Áreas que impescindem a adoção de boas estratégias de manejo e conservação, como bem frisa o Estudo.

Já em relação à pesquisa da faunística local (terrestre e aquática), buscou-se identificar os "usos alimentares, culturais e produtivos pelos quilombolas". Caminhamento, instalação de redes de emalhar e consulta a estudos anteriores foram alguns dos métodos utilizados pela equipe da H&P. Sublinhamos o uso dos dados do EIA do licenciamento do projeto de Ampliação do Polo Cacimbas (UTGC - Fase III), de 2016, e do Relatório de Controle Ambiental (RCA) da Linhares Energia (ano não identificado), que, quando comparados com o ECQ sob análise, permite constatar a disparidade de ferramentas utilizadas para o registro da ocorrência de animais no território, o que justifica o fato dela ter sido verificada e amplamente documenta naqueles, enquanto não apresentou números nem diversidade relevante no estudo em tela.

Por fim, o ECQ conclui, apesar dessas limitações, que "tendo em vista que a região onde está situada a CRQ do Degredo encontra-se em uma porção do bioma Mata Atlântica, pode-se considerar, de modo geral, que a riqueza encontrada no território está abaixo do esperado." e que isso se deve aos efeitos de ações antrópicas.

O levantamento e o registro da ictiofauna se viu prejudicada, por sua vez, por razões alheias à empresa consultora responsável pelo estudo, já que a autorização para a pesca científica no mar de Degredo não foi conseguida a tempo. Assim, as amostras da fauna aquática limitaram-se ao Rio Ipiranga e às lagoas da região (nos pontos exatos em que foram feitas as coletas para análise

da água), áreas cuja biodiversidade é bem inferior a das águas marinhas, segundo o relato dos próprios moradores. Isso impõe, desde já, a necessidade de complementação dessa parte da pesquisa em momento posterior.

Apesar da riqueza dos recursos naturais da região, o ECQ não deixou de salientar e tecer críticas quanto à evidente presença de pastagens e dos latifúndios monocultores, como os de eucalipto, responsáveis pelo empobrecimento do solo, bem como ao contínuo processo de urbanização do litoral capixaba, que compromete sobremaneira as matas ciliares, como é o caso do entorno do Rio Ipiranga.

Antes da análise dos impactos, o Estudo ainda traz a "Caracterização sociocultural e econômica da comunidade do Degredo". Para analisar a interferência sobre os modos de vida dessa comunidade, o ECQ analisa a tradicionalidade quilombola a partir do que seriam suas dimensões indissociáveis, a saber: sociabilidade (relações interpessoais), territorialidade (usos e ocupações), culturalidade (modos, saberes, fazeres e viveres tradicionais) e produtividade (formas de trabalho, produção e subsistência). Assim como em outros momentos, esse levantamento contou com a participação protagonista dos quilombolas na produção e interpretação das informações necessárias à pesquisa, aproximando e pondo em diálogo conhecimentos técnicos e saberes tradicionais. Os sujeitos da pesquisa foram selecionados com a ajuda de seus pares e, afirma a H&P, foi contemplada a heterogeneidade interna do grupo.

Nesse Capítulo, volta-se a tratar da história da região do norte capixaba (desde Conceição da Barra até Linhares) e do quilombo de Degredo. Os negros africanos escravizados chegaram a essa parte do litoral do Espírito Santo pelo Porto de São Mateus (Rio Cricaré), por isso é comum ouvir-se falar que "de Regência a Conceição da Barra é tudo quilombola!". De fato, os municípios de Linhares, Conceição da Barra e São Mateus reúnem número expressivo de comunidades remanescentes de quilombo (já são 30 certificadas).

A região teria sido escolhida por Atalino Velho, o ancestral mais rememorado, por ter terras férteis e abundância de água. Nela morou sua extensa família, a partir de lá estabeleceu trocas comerciais, registrou as plantas e ervas cujos usos eram proveitosos, produziu conhecimentos e técnicas sobre a pesca fluvial e marítima, exerceu liderança, etc. Os feitos do Finado Atalino remetem aos arquétipos de um mito de origem. O próprio nome da comunidade resulta de um ato de bravura de Atalino, que sozinho conseguiu resgatar os tripulantes de um navio de bandeira grega que naufragara. A região ficou conhecida como "dos gregos" e com o tempo transformou-se em "Degredo".

Além das famílias originárias, que se limitam àquelas formadas por Atalino Velho, suas cinco esposas (Basília Maria Leite da Conceição, Silvéria Maria da Conceição, Alexandrina, Justina e outra cujo nome não foi identificado) e seus inúmeros filhos, as famílias que se fixaram logo em seguida (entre as décadas de 1930 e 1950) são conhecidas como "Chegantes" e também possuem o status de ancestrais. Em suma, são as famílias de Manuel Cândido, Carapina, Zé Grossinho, Maria Lúcia Borges e Família Tomás. Após essa primeira identificação, o ECQ apresenta a genealogia da comunidade, o que valoriza sua história e reforça os vínculos sociais e o sentimento de pertença ao lugar, pois consegue ligar os ancestrais aos descendentes vivos. Acervos fotográficos pessoais ilustram esse trecho.

As histórias das mulheres de Degredo ganharam destaque importante. Geralmente negligenciadas das narrativas históricas, bem como de boa parte da etnografia clássica, aqui mulheres como Almerinda Leite, Maria do Carmo Borges e Dora Leite da Conceição têm suas memórias e trajetórias de vida recontadas; seus saberes, fazeres e ofícios tradicionais, registrados e notabilizados. Essas especializações são decorrentes da divisão sexual do trabalho, estando ligadas, mas não apenas, às atividades atreladas ao cuidado (exemplos: condução e facilitação de trabalhos de parto, manejo de ervas e plantas medicinais, execução de rezas, limpeza e preparação

do pescado, liderança política, etc.).

Em campo, nota-se que a equipe da H&P pôde compreender que a "chegada da lama" afetou toda uma gama de relações entre os membros da comunidade. Muito além das questões de trabalho e renda, a lama alterou atividades de lazer, a interação social e o próprio temperamento dos quilombolas de Degredo. Ocorreu uma ruptura severa nos modos tradicionais de socialização (as tardes de futebol, os banhos de mar, a conversa jogada fora no Bar do Mel, etc.) e as relações interpessoais perderam a força, provocando a diminuição do afeto e senso comunitário. Não obstante, o vigor da luta por seus direitos seja um novo fator aglutinador, o laço mais forte entre as famílias de Degredo está embasado, nos últimos tempos, na dor, no luto, na tentativa de dar novo sentido ao cotidiano.

Muito embora pensemos na identificação de impactos objetivos e na implementação de medidas que se contraponham diretamente a eles, os sintomas e expressões desses impactos muitas vezes são abstratos e difíceis de mensurar. Todavia, sua consideração é um dever. A "chegada da lama" não só interrompeu a pesca marítima, mas também afugentou visitantes, fez com que parentes que moram em outras localidades não mais visitassem suas famílias, cresceu a ociosidade e, com tudo isso, também a solidão, o isolamento, a ansiedade, a depressão e outras doenças.

As próprias ações mitigadoras, reparatórias e compensatórias, por sua vez, causam impactos e a responsabilização por eles também deve ser vista como uma obrigação da Fundação Renova. Os problemas descritos como externalidades negativas, a exemplos dos que ocorreram após a distribuição dos cartões-subsídio, devem ser tratados como danos indiretos do Evento, aos quais deve-se antever e criar medidas preventivas e mitigadoras. Isso chega a ser reconhecido na análise integrada dos impactos, sendo que ações de comunicação social e de desenvolvimento territorial são apresentadas como soluções.

Na última parte do Estudo, finalmente, nos é apresentada a análise integrada dos impactos e das medidas para revertê-los ou minimizá-los. A H&P preocupou-se em apresentar por quais conceitos se guiou para pensar nos impactos ambientais e como, a partir da identificação dos fatores geradores (o que aconteceu?), dos aspectos ambientais (onde aconteceu?) e dos componentes ambientais (como aconteceu?), é possível classificá-los. Esse trabalho produziu alguns produtos: o Quadro Síntese de Identificação dos Impactos; a Matriz de Avaliação e Classificação dos Impactos, que observa o disposto na Resolução CONAMA nº 01/1986; o Relatório de Descrição dos Impactos; e o Relatório Preliminar de Proposição de Medidas Mitigadoras e Compensatórias. Foram, ao todo, identificados 13 impactos, cada um dos quais recebeu análise objetiva e didática, que, acompanhadas de citações a trechos de falas dos quilombolas, buscou comprovar que reverberavam a percepção deles.

Quanto a isso não há dúvidas, pois, ao longo de todo o ECO, a H&P apoiou-se em auxiliares de campo da própria comunidade, que facilitaram a identificação de espécies, possibilitaram o trabalho de zoneamento do territórios, permitiram compreender as práticas tradicionais, a descrição de processos e fluxos, a observação de padrões ambientais e socioculturais, e o dimensionamento e decodificação dos impactos sobre os modos de vida desse povo.

Essa preocupação em apreender a percepção, as impressões, os receios e as interpretações dadas pelos quilombolas ao evento da "chegada da lama" e aos impactos que eles identificam como sendo oriundos do desastre ambiental (alteração na qualidade da água, sedimentação do rejeito no leito do Rio Ipiranga, redução da diversidade da ictiofauna local, afugentamento de animais, quebra de vínculos comunitários, etc.) é patente e permite que empresa consultora reconheça a necessidade ampliar compreensões e dar prioridade às interpretações locais (ao *ponto de vista nativo*) frente às análises técnicas. Um bom exemplo é o da qualidade da água. Mesmo os laudos do laboratório e o relatório produzido pela própria H&P sendo mais reticentes em vincular a queda da qualidade da água aos rejeitos de minério de ferro, optou-se por conferir legitimidade

às percepções autóctones e aos receios que a população alimenta, posto que possuem a vivência cotidiana com tais recursos naturais, frente ao qual não existem pesquisas suficientes para as contradizer.

III. CONCLUSÃO

Após a leitura crítica do Estudo do Componente Quilombola em tela e considerando a análise acima, esta Fundação Cultural Palmares, órgão do Governo Federal responsável por proteger, preservar e promover os elementos e expressões da cultura afro-brasileira, aí incluídas as comunidades quilombolas, expressões de modos de vida específicos, que dão sentido, juntamente com outros povos e comunidades tradicionais, à caracterização de nosso país como pluriétnico, e entidade integrante da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CTIPCT), do Comitê Interfederativo (CIF), avalia que ele se encontra em condições de ser distribuído entre os membros da comunidade quilombola de Degredo, para ser submentido à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé, como prega a Convenção 169 da OIT.

Não obstante, faz-se mister listar alguns pontos que precisam de correção e ou adequação antes de ser impresso em sua versão finalizada. Essa mesma ponderação se aplica à versão resumida do ECQ. Segue abaixo:

Página 23 - O dado sobre o faturamento da Samarco no ano de 2014 aparece como R\$ 7,6 milhões, mas a verdade é que essa cifra está na casa dos bilhões;

Página 37 - A proibição da pesca marítima não decorreu de decisão do IBAMA, mas de decisão judicial (Processo nº 0002571-13.2016.4.02.5004 - 2016.50+04.002571-0);

Diversas páginas - Os mapas apresentados ao longo do estudo são construídos a partir de imagens de satélite, o que dificulta o reconhecimento e a compreensão por parte membros de comunidades quilombolas, tomando outras experiências como base. Assim, sugerimos que eles tenham uma apresentação mais ilustrativa, no formato de etnomapa, permitindo que os próprios comunitários contribuam para definir o que merece ou não ganhar destaque. O Mapa 7, por exemplo, sequer identifica as referências geográficas locais;

Página 65 - Informar se as rendas apresentadas incluem ou não os rendimentos oriundos de programas sociais como o Bolsa Família;

Página 80 - Justificar por que não foram realizadas pesquisa de qualidade da água nas lagoas e lagoas localizadas na área de preamar;

Página 81 - Registrar se as sete amostras d'água se deram nos mesmos pontos coletados diretamente pela Fundação Renova, os quais foram submetidos à análise no laboratório Tommasi Ambiental, e se houve divergência em relação aos resultados registrados pelo laboratório Fullin;

Página 92 - O Figura 09 - Mapa de Vegetação carece de incluir na legenda as áreas de monocultura latifundiária;

Página 161 - A Figura 24 - Dinâmica de ocupação do território da Comunidade do Degredo até meados da década de 1980 se tornaria mais inteligível se for convertida em mapa;

Página 163 - Frente aos resultados da pesquisa de qualidade da água, que aponta alguns poucos pontos de água em boas condições de uso, bastando a adoção de mecanismos simples de purificação, é fundamental registrar que é preciso estabelecer iniciativas que desonere a população no que tange a aquisição de água (seja em garrações ou carros pipa), ao mesmo tempo em que dê continuidade às pesquisas e adote medidas que contribuam para a melhoria dela ou que, por meio da articulação com os órgãos gestores locais, garanta o fornecimento de água potável ao povo de Degredo;

Página 167 - Perante o trecho que diz: "A pesca era exercida de maneira artesanal, contando com participação direta ou indireta dos demais membros da unidade familiar em 95% dos casos, notadamente da esposa e filhos. Em geral, a esposa era responsável por realizar a limpeza e salgar o pescado. No entanto, em 12% dos casos, eram as mulheres as próprias responsáveis por toda atividade da pesca em suas famílias.", perguntamos: sabe-se identificar nominalmente essas pessoas? Pois será preciso conferir se o cartão-subsídio está sendo entregue respeitando a realidade anterior à "chegada da lama";

Página 202 - Recomendamos enfaticamente substituir a afirmativa de que a construção das medidas cabe à comunidade para dizer que *cabe defini-las e desenvolvê-las em conjunto com a comunidade*;

Página 208 - Revisar a Matriz de Avaliação e Classificação de Impactos. É imprescindível o acompanhamento de uma legenda para as letras e cores que o compõem, principalmente na versão resumida do ECO;

Diversas páginas - os Quadros-Síntese de Identificação dos Impactos apresenta em alguns registros contradições com o que o texto apresenta anteriormente;

Página 212 - Tornar a redação sobre a proposta de medida de mitigação do impacto identificado como "Perda de Vínculo com o Território de Uso Comum da Comunidade";

Página 213 - Verificar nota de rodapé, pois contradiz o que as análises laboratoriais da qualidade da água apontam, registrando que a relação entre os aspectos da água e o desastre ambiental é sustentada pela comunidade;

Detalhar na análise dos impactos se a equipe responsável pelo ECO considera que o desastre ambiental afetou a autoidentificação da comunidade como remanescente de quilombo;

Página 253 - A comissão de monitoramento, formada pelos quilombolas, não foi constituída informalmente, mas a partir de decisão tomada em assembleia de sua associação;

Esclarecer se os quilombolas, após o desastre ambiental, continuam trabalhando "por diárias" nas fazendas que se encontram próximas e mesmo sobrepostas a seu território tradicional ou passaram a desenvolver essas atividades em regiões mais distantes;

Recomendamos, quando do desenvolvimento e implementação de medidas mitigadoras e compensatórias enquadrá-las em um contexto mais amplo, que envolva também as regiões de Regência e Povoação, como por diversas vezes foi situada a CRQ Degredo, ao longo do ECO;

A versão resumida ainda traz termos técnicos, portanto, recomendamos a inclusão de um glossário;

Novamente quanto à versão resumida, sugerimos a inclusão de etnomapas e uma página que liste brevemente os impactos e as sugestões de medidas para confrontá-los.

Por fim, vale comunicar, desde já, que após as correções/adequações, cada família deverá receber a versão resumida do ECO (portanto, serão ao menos 147 exemplares) e a cada grupo de 5 famílias deve ser distribuído um exemplar da versão completa do Estudo, totalizando cerca de 30 exemplares. Os exemplares devem ser coloridos e apresentar texto legível.

Para a realização da consulta, deve-se repassar os exemplares do ECO aos quilombolas com, no mínimo, 15 dias de antecedência.

Este é o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Cantalice da Silva Trindade, Coordenador (a) de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro**, em 21/02/2018, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Conceição Nascimento, Diretora**, em 21/02/2018, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.palmares.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0014945** e o código CRC **45E13B86**.

Referência: Processo nº 01420.006451/2016-48

SEI nº 0014945

